

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL  
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE PARANAÍBA**

**CRISTIANA MATEUS PEREIRA**

**A INFLUÊNCIA DA MÍDIA NA EROTIZAÇÃO DA INFÂNCIA**

**Paranaíba/MS**

**2015**

**Cristiana Mateus Pereira**

**A INFLUÊNCIA DA MÍDIA NA EROTIZAÇÃO DA INFÂNCIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Paranaíba, como exigência parcial para obter o título de Licenciatura em Pedagogia.

Orientador: Prof. Me. Gabriela Massuia Motta

Paranaíba/MS

2015

P49i Pereira, Cristiana Mateus  
A influência da mídia na erotização da infância. / Cristiana Mateus  
Pereira. - - Paranaíba, MS: UEMS, 2015.  
45f.; 30 cm.

Orientadora: Profa. Me. Gabriela Massuia Motta.

Trabalho de Conclusão de Curso (Pedagogia) – Universidade Estadual  
de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Paranaíba.

1. Infância. 2. Erotização. 3. Mídia. I. Pereira, Cristiana Mateus. II.  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade de Paranaíba,  
Curso de Pedagogia. III. Título.

CDD – 372

Bibliotecária Responsável: Susy dos Santos Pereira- CRB1º/1783

**Cristiana Mateus Pereira**

**A INFLUÊNCIA DA MÍDIA NA EROTIZAÇÃO DA INFÂNCIA**

Este exemplar corresponde à redação final do trabalho de Conclusão de Curso apresentado e aprovado para obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Paranaíba.

Aprovada em 27/11/2015.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>ª</sup>. Mestra Gabriela Massuia Motta  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

---

Prof<sup>ª</sup>. Mestra Andréia Lemos de Oliveira  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

---

Prof<sup>º</sup>. Mestre Jémerson Quirino de Almeida  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Dedico este trabalho à minha mãe, Diva que eu amo muito, por toda paciência e incentivo ao longo destes quatro anos, aos meus filhos Bruna Carolina e João Henrique, à minha irmã Fabiana, ao meu irmão Marcelo e a meu pai, José de Paula Pereira, (in memoriam) que mesmo distante, está presente em meu coração e em cada instante de minha vida.

## AGRADECIMENTOS

À minha família, por todo amor e paciência.

A Deus, pois nos momentos mais difíceis, Ele me deu forças para seguir em frente.

À minha orientadora Prof.<sup>a</sup> Gabriela Massuia Motta, por ter me acolhido sob sua orientação e me conduzido nesse trabalho, tão fundamental para o meu desenvolvimento.

A todos os professores da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, do curso de Pedagogia, Unidade de Paranaíba - MS, que contribuíram para o meu crescimento intelectual e pessoal. Neste percurso, pude contar com o carinho, a paciência e incentivo de vocês.

Aos meus amigos de sala, que nesses anos todos, estiveram ao meu lado nesta caminhada rumo ao conhecimento, pelos abraços e palavras de conforto e incentivo nos momentos mais difíceis. Pelos momentos alegres de descontração e risos. Vocês fizeram parte da minha história, de lutas e conquistas, nestes quatro anos. Dentre todos, alguns permaneceram mais próximos a mim nesta trajetória, Ilda, Jucélia, Ruth, Samuel, Marcos, Zuleica, mas independente de nomes, trago todos, mas todos mesmo, em meu coração. São muitas as lembranças e emoções destes quatro anos.

Às minhas amigas de serviço, Márcia, Dani e Luciane por toda paciência e incentivo no período de construção deste trabalho. Lu, você sabe, sem o seu incentivo e apoio este trabalho não estaria sendo finalizado agora, pra você o meu muito, muito, muito obrigada de coração.

## **Meus Oito Anos**

*Casimiro de Abreu*

Oh! que saudades que eu tenho  
Da aurora da minha vida,  
Da minha infância querida  
Que os anos não trazem mais!  
Que amor, que sonhos, que flores,  
Naquelas tardes fagueiras  
À sombra das bananeiras,  
Debaixo dos laranjais!

Como são belos os dias  
Do despontar da existência!  
– Respira a alma inocência  
Como perfumes a flor;  
O mar é – lago sereno,  
O céu – um manto azulado,  
O mundo – um sonho dourado,  
A vida – um hino d’amor!

Que auroras, que sol, que vida,  
Que noites de melodia  
Naquela doce alegria,  
Naquele ingênuo folgar!  
O céu bordado d’estrelas,  
A terra de aromas cheia,  
As ondas beijando a areia  
E a lua beijando o mar!

Oh! dias de minha infância!  
Oh! meu céu de primavera!  
Que doce a vida não era  
Nessa risonha manhã!  
Em vez de mágoas de agora,  
Eu tinha nessas delícias  
De minha mãe as carícias  
E beijos de minha irmã!

Livre filho das montanhas,  
Eu ia bem satisfeito,  
De camisa aberta ao peito,  
– Pés descalços, braços nus –  
Correndo pelas campinas  
À roda das cachoeiras,  
Atrás das asas ligeiras  
Das borboletas azuis!

Naqueles tempos ditosos  
Ia colher as pitangas,  
Trepava a tirar as mangas,  
Brincava à beira do mar;  
Rezava às Ave-Marias,  
Achava o céu sempre lindo,  
Adormecia sorrindo,  
E despertava a cantar!

[...]

Este é o livro original, “As Primaveras”, publicado em 1859.

## RESUMO

Este trabalho se propõe fazer um breve levantamento bibliográfico acerca da construção do conceito de infância, a partir dos séculos XI e XII, e as transformações ocorridas desde o seu surgimento no século XVII até os dias atuais, e como as mudanças sociais e tecnológicas influenciaram para a consolidação e posterior declínio do conceito de infância bem como sua precoce erotização. Para obter os dados necessários à elaboração deste trabalho, utilizou-se de pesquisa bibliográfica pautada em teóricos que abordam este tema, como Philippe Ariès (1981), Neil Postman (1999), Mari Del Priore (2003), entre outros, e artigos em sites da web. Desta forma conclui-se que, como fenômeno social a infância vem se transformando ao longo desses séculos e o conceito moderno e paradigmático de infância vem ruindo gradativamente. Mesmo com os meios de comunicação, atualmente, tendo que seguir leis que visam à garantia dos direitos das crianças, e adolescentes, a sutileza de sua produção ainda não diferencia a quem ela é destinada. No entanto, com a difusão e popularização das novas tecnologias das comunicações, vêm contribuindo para a adultização e erotização precoce das crianças. Influenciando para a criação de gerações voltadas para o consumo e prematuramente despertadas para a sexualidade.

**Palavras-chave:** Infância. Erotização. Mídia.

## ABSTRACT

This work intends to make a brief literature review on the concept of childhood building, from the eleventh and twelfth centuries, and the changes that have occurred since its inception in the seventeenth century to the present day, and how social and technological changes influenced to the consolidation and subsequent childhood concept decline as well as his early sexualization. To obtain the data necessary for the preparation of this work, we used bibliographical research guided by theoretical addressing this issue, as Philippe Aries (1981), Neil Postman (1999), Mari Del Priore (2003), among others, and articles in web sites. Thus we conclude that, as a social phenomenon childhood has been transformed over these centuries and the modern paradigmatic concept of childhood is gradually crumbling. Even with the media currently having to follow laws aimed at guaranteeing the rights of children and adolescents, the subtlety of its production still does not distinguish to whom it is intended. However, with the spread and popularization of new communication technologies, are contributing to the adultização and early sexualization of children. Influencing the creation of generations geared towards consumption and prematurely awakened to sexuality.

**Key Words:** Childhood. Eroticism . Media.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>1. CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA.....</b>	<b>12</b>
<b>1.1 Ausência da ideia de infância na idade média.....</b>	<b>13</b>
<b>1.2 A descoberta da infância no século das luzes.....</b>	<b>17</b>
<b>2. A TRANSFORMAÇÃO DO CONCEITO DA INFÂNCIA.....</b>	<b>22</b>
<b>2.1 A criança adultizada X adulto infantilizado.....</b>	<b>27</b>
<b>3. A MÍDIA E A EROTIZAÇÃO DA INFÂNCIA.....</b>	<b>33</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>42</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>44</b>

## INTRODUÇÃO

O conceito de infância é algo recente em nossa sociedade, surgido a partir do século XVII. A criança sempre existiu, no entanto, a infância, essa etapa da vida na qual a criança está imersa em um mundo próprio, distinto do universo dos adultos, foi uma construção social estabelecida a partir do século XVII e que perdurou até a década de 50, no século XX, passando, a partir de então por grandes transformações.

Na Idade Média, até fins do século XVI, a criança compartilhava os mesmos espaços, situações e tinham acesso às mesmas informações que os adultos. Nada lhes era escondido (ARIÈS, 1981).

É no século XVII que surge a primeira concepção de infância que se constituirá no modelo ideal. Pouco a pouco o adulto passou a perceber a criança como um ser que necessitava de proteção e cuidados diferenciados. No início este cuidado se restringia à moralização da conduta infantil.

Segundo as ideias defendidas por Postman (1999), o conceito de infância surgiu e se propagou com a invenção da máquina tipográfica, favorecendo a produção de livros e sua popularização, contribuindo para a disseminação das escolas e para a criação de novos métodos educativos, ficando sob a tutela dos adultos quais informações seriam disponibilizadas às crianças.

Com a chegada das novas tecnologias, principalmente as das comunicações de massa, perdeu-se o controle destas informações, que bombardeiam diariamente crianças e adultos indistintamente, sem que haja tempo para análise e compreensão do que é visto, favorecendo para o fim da infância como a idade da inocência e ingenuidade (POSTMAN, 1999).

Desta forma, com a popularização e expansão dos recursos midiáticos tem ocorrido precocemente a erotização ou exposição de crianças a conteúdos que vêm despertando sua sexualidade prematuramente, sem que estejam emocional ou biologicamente preparadas para tais transformações, e entender este processo é o objetivo deste trabalho.

Muito tem se discutido na literatura científica acerca do fim da infância. Nos últimos anos diversas reportagens, artigos científicos e outras obras deram destaque ao desaparecimento da infância. Mas afinal, o que é infância? Por que a infância está desaparecendo? Qual a influência das novas tecnologias nessa etapa da vida?

A partir de uma pesquisa bibliográfica a autores que abordam o aparecimento e a construção do conceito de infância e a influência das diferentes mídias no comportamento da criança na atualidade, a proposta deste trabalho é verificar as transformações ocorridas na

sociedade contemporânea, devido à influência dos meios de comunicação de massa, para melhor entender a criança nesta sociedade, possibilitando assim ao professor uma conscientização de comportamentos que atualmente são vistos como naturais ou normais.

Para tanto, realizar-se-á uma pesquisa bibliográfica acerca do conceito de infância e das alterações pelas quais, este, vem passando ao longo do tempo é fundamental. Dessa forma, busca-se entender como as transformações da sociedade atual afetam diretamente esta fase da vida humana denominada infância. Elucidando, desta forma, o papel da criança no contexto social.

Este trabalho tem como base pesquisa bibliográfica, sendo realizada em livros, artigos e sítios da web. Consultando autores que forneçam embasamento teórico para este trabalho, percorrendo o processo de levantamento, seleção e fichamento de informações relacionadas à pesquisa.

No primeiro capítulo apresentar-se-á o conceito moderno de infância, bem como se procederá a uma breve retrospectiva história sobre a construção do conceito de infância, partindo do período medieval até a Modernidade. O segundo capítulo aborda o tema da “desconstrução” do conceito de infância e a influência dos meios de comunicação de massa no processo de "adultização" da criança. No terceiro capítulo pretende-se destacar, algumas consequências desse processo, como os aspectos acerca da erotização da criança no século XX e quais as influências que essa erotização em tão tenra idade traz para o desenvolvimento da criança.

Este trabalho não pretende apontar caminhos a seguir, pois a infância como construção histórica está em constante processo de transformação, mas espera-se que sirva como apoio para reflexões futuras sobre o tema, principalmente a professores que se deparam com situações inusitadas a esse respeito, como crianças de sete a onze anos com comportamento sexual de adultos dentro da escola ou sala de aula.

## 1. CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA

O conceito de infância, que a contemporaneidade tem como referência, é algo recente em nossa sociedade, pois surgiu a partir do século XVII. A criança sempre existiu, no entanto, na Idade Média, ela só merecia cuidados especiais enquanto dependesse de um adulto para sobreviver, o que ocorria do nascimento aos sete anos de idade. Ao alcançar esta idade era considerada apta a participar da rotina da vida adulta, e compartilhava com adultos os mesmos espaços e situações, inclusive de trabalho e festas. É no século XVII que surge a primeira concepção real de infância. Pouco a pouco o adulto passou a perceber a criança como um ser que necessitava de proteção e cuidados diferenciados por parte destes (ARIÈS, 1981).

Autores como Ariès (1981) e Postman (1999) destacam que o conceito de infância é uma construção social, datada aproximadamente do século XVII, quando os pensadores da época passam a preconizar que as crianças necessitavam de cuidados específicos, nas diferentes idades, tornando-se necessário que fossem mantidas afastadas dos assuntos da vida adulta.

Antes, porém, de adentrar nesse assunto, convém conceituar o termo infância. Em uma acepção linguística, o enciclopedista Ferreira (1986, p. 942), descreve infância nos seguintes termos:

INFÂNCIA. [Do lat. *infantia*.] *S.f.* 1. Período de crescimento, no ser humano, que vai do nascimento até a puberdade; meninice, puerícia. 2. As crianças. 3. *Fig.* O primeiro período de existência duma instituição, sociedade, arte, etc. 4. *Psicol.* Período de vida que vai do nascimento à adolescência, extremamente dinâmico e rico, no qual o crescimento se faz, concomitantemente em todos os domínios, e que, segundo os caracteres anatômicos, fisiológicos e psíquicos, se divide em três estágios: *primeira infância*, de zero a três anos; *segunda infância*, de três a sete anos; e *terceira infância*, de sete anos até a puberdade. 5. *Bras. Pop.* Ingenuidade, simplicidade: Aquele senhor é de uma infância!

Conforme se observa, o autor ao definir infância situa esta, como o espaço temporal que compreende do nascimento à adolescência, período de grandes transformações uma fase rica em aprendizado. Segundo o desenvolvimento da criança em relação aos aspectos anatômicos, fisiológicos e psíquicos caracteriza este estágio do desenvolvimento humano como primeira, segunda e terceira infâncias.

Já para Postman (1999), o conceito de infância surgiu com o desenvolvimento dos meios de comunicação, de forma que informações anteriormente reservadas ao mundo adulto foram propagadas mais livremente ao mundo infantil, por meio dos livros, das escolas e dos novos métodos de ensino. Com a chegada da prensa tipográfica surge o homem letrado,

tornando-se detentor de novos saberes, efetivando a distinção entre adulto e criança, pois, “no mundo medieval, nem os jovens nem os velhos sabiam ler e seu interesse era o aqui e o agora, o “imediato e local”, [...] É por isso que não havia necessidade da ideia de infância, [...]” (POSTMAN, 1999, p. 50).

Para Ariès (1981), apesar de a infância ter começado a ser retratada na arte a partir do século XIII, foi somente a partir do século XVII que apresentou relativa transformação na forma de entender e tratar a criança. A partir desse século, houve uma nítida separação entre o mundo adulto e o mundo da criança, quando a escola, a família e a sociedade voltaram-se para as singularidades inerentes ao desenvolvimento completo da criança, referente aos aspectos físico, intelectual e moral.

O processo de desenvolvimento do conceito infância<sup>1</sup>, não ocorreu ao mesmo tempo em todas as culturas. Postman (1999) ressalta que nas culturas que valorizavam a instrução, as escolas surgiram primeiro, e com a difusão destas houve um avanço no desenvolvimento da ideia de infância, assim como a definição de fases ou estágios de seu desenvolvimento. Para o autor o primeiro estágio da infância terminava com o pleno domínio da fala, que se completava por volta dos sete anos de idade; o segundo começava com a tarefa de aprender a ler. Houve uma divisão categórica das crianças em observância à idade cronológica destas.

[...] No século dezessete todos admitiam, [...], que “os processos de uma educação letrada deviam evoluir com o desenvolvimento da criança; a leitura devia começar aos quatro ou cinco anos, seguindo-se a escrita, e depois gradualmente, deviam ser acrescentados os assuntos mais sofisticados. [...] (POSTMAN, 1999, p. 56)

A infância é um período rico e de intensas transformações física e psíquica do ser humano. Período em que é interiorizado na criança conceitos morais e sociais, que lhe permitirão a sua construção como indivíduo. É uma fase riquíssima que merece um olhar mais atento voltado para suas especificidades.

### **1.1. A ausência da ideia de infância na Idade Média.**

Segundo Steinberg e Kincheloe (2001, p.11) “o conceito de criança como uma classificação específica de seres humanos que requerem um tratamento especial, diferente daquele aplicado ao adulto, ainda não havia sido desenvolvido na Idade Média.”

---

<sup>1</sup> Todas as vezes que nos referirmos ao conceito de infância é de acordo com a concepção moderna da mesma, afinal a infância é fruto de uma determinada sociedade, no caso a francesa, que é usada como exemplo para Ariès (1981).

Na Idade Média<sup>2</sup>, a criança recebia os cuidados necessários à sua sobrevivência, no primeiro momento de sua vida, e logo que conseguisse alguma autonomia era inserida ao mundo adulto passando a conviver e a participar de suas atividades rotineiras, sem qualquer preocupação com as etapas do crescimento, tais como a fase de criança ou da juventude. Esse entendimento encontra-se no seguinte trecho de Ariès<sup>3</sup>:

A duração da infância era reduzida a seu período mais frágil, enquanto o filhote do homem ainda não conseguia bastar-se; a criança então, não adquiria algum desembaraço físico, era logo misturada aos adultos, e participava de seus trabalhos e jogos. De criancinha pequena, ela se transformava imediatamente em homem jovem, sem passar pelas etapas da juventude, que talvez fossem praticadas antes da Idade Média e que se tornarem aspectos essenciais das sociedades evoluídas de hoje. (ARIÈS, 1981, p. ix).

De acordo com Ariès (1981), é na Idade Média, que surge o termo “idades da vida” para designar as fases do desenvolvimento humano, tais como: infância e puerilidade, juventude e adolescência, velhice e senilidade, que configuravam seis etapas.

A 1ª idade, compreendia do nascimento até os sete anos; 2ª idade abrangia dos sete aos quatorze anos; já a 3ª idade abarcava a fase dos quatorze até os vinte e um anos. A 4ª idade, que compreendia o período de vinte e um até quarenta e cinco anos, era caracterizada pelo reconhecimento social do indivíduo, ou seja, o adulto; a 5ª idade, a senectude, compreendia a fase em que o indivíduo já passou da juventude, mas ainda não é considerado velho; e por fim, a 6ª idade – a partir dos 60 anos (a velhice).

Segundo Ariès (1981), a representação das idades da vida, não retratavam apenas uma etapa biológica do desenvolvimento humano, mas referia-se também a funções sociais. Na representação popular o estudo era ocupação dos mais velhos, cabendo a eles as funções ligadas às leis.

As três primeiras fases da vida humana não eram valorizadas pela sociedade, a criança e o jovem mesmo estando inseridos no mundo adulto, não desempenhavam funções de destaque, pois a inserção destes no mundo letrado só ocorria, se ocorria, a partir da idade adulta, quando eram considerados aptos para atuarem nas decisões que regiam a sociedade.

---

<sup>2</sup> Este trabalho não tem como finalidade fazer uma análise histórica profunda, portanto, a delimitação a partir da Idade Média se deu pelo fato de que os autores que embasaram esta pesquisa, Ariès (1981) e Postman (1999), abordarem especificamente esta fase, o que justifica também as lacunas temporais apresentadas no texto. No entanto, os autores utilizados não são historiadores medievalistas, e por algumas vezes apresentam uma visão fragmentada da realidade vivida pelas crianças naquele período. Mas foram escolhidos pela maneira como tratam a visão da infância na modernidade e contemporaneidade, período este, que contém o objeto da pesquisa.

<sup>3</sup> Consta como fontes para os relatos de Ariès a arte iconográfica, cartas, diários de famílias nobres da Idade Média na sociedade francesa.

Até o século XII, aproximadamente, a infância não era se quer retratada na arte medieval, provavelmente por não ser reconhecida até então. No final do século XIII, nas representações artísticas a criança aparece como homens em miniaturas, sem características que as ligue aos aspectos conhecidos hoje como infantis, como expressão angelical, por exemplo.

Para Ariès (1981), até o século XVI, não eram encontradas nas representações artísticas da época, referências à infância, tal fato acontecia porque não se pensava até então, em conservar retratos destes seres tão frágeis, o que leva a concluir que esta fase da vida, não tinha valor social algum e por isso, sequer merecia ser lembrada.

A infância era uma fase tão pouco valorizada, que o pensamento corrente era o de se ter várias crianças, para que alguma vingasse, ou seja, sobrevivesse. Não se despendia um cuidado maior a este ser frágil, a criança, que podia não “vingar” devido a uma infinidade de mazelas a que estavam suscetíveis na época, sendo substituída mais adiante por outro filho. Esse pensamento era devido à alta taxa de mortalidade infantil, o que não permitia ao adulto criar vínculos afetivos em relação à criança, pois esta poderia logo morrer (ARIÈS, 1981).

Postman (1999, p. 32) observa que “até o final do século quatorze as crianças não são nem mesmo mencionadas em legados e testamentos, um indício de que os adultos não esperavam que elas vivessem muito tempo”. É no aconchego das famílias da corte ou burguesas que surge sinais do primeiro sentimento distinto dedicado à criança pequena, a chamada paparicação, “em que a criança, por sua ingenuidade, gentileza e graça, se tornava uma fonte de distração e de relaxamento para o adulto” (ARIÈS, 1981, p.158), entende-se da leitura de Ariès (1981) que neste estágio a criança tinha a função de entreterem os adultos da família e seus convidados

Para Ariès (1981), aos sete anos, já considerada apta a ingressar na vida adulta, a criança passa aos cuidados de outra família que será responsável por sua educação, consistindo na transmissão de valores e saberes. Nesta fase a criança é vista como aprendiz, sendo encarregado dos cuidados com a casa e servir a mesa. Aprendendo os rudimentos da leitura e escrita, mas estes não eram a finalidade da educação, que estava mais voltada para aprender uma profissão. Nota-se, porém, que tal fato era comum entre as famílias mais abastadas, os filhos de camponeses e artesãos continuavam a viver como de costume.

Postman (1999, p. 28) afirma que “O modo medieval de aprender é o da oralidade”; assim eram repassados os conhecimentos necessários à prática de algum. Embora houvesse escolas na Idade Média, não havia ainda um conteúdo diferenciado em razão da matéria ou da idade; meninos de dez anos, jovens e adultos frequentavam o mesmo local e aprendiam as

mesmas coisas, “no mundo medieval não havia nenhuma concepção de desenvolvimento infantil, nenhuma concepção de pré-requisitos de aprendizagem sequencial, nenhuma concepção de escolarização como preparação para o mundo adulto<sup>4</sup>” (POSTMAN, 1999, p. 29).

Postman (1999, p. 31) explica que a ideia de infância não existiu na Idade Média devido a três fatores, como a “falta de alfabetização, a falta do conceito de educação, a falta do conceito de vergonha”. O distanciamento da leitura provocou no homem medieval, a ausência da polidez necessária a uma conduta civilizada entre as pessoas, suprimindo do convívio social as “boas maneiras” e o pudor. Tudo era visto como natural, perderam-se a noção de higiene corporal, a vergonha de expor em público as necessidades fisiológicas ou sexuais, e partilhando deste cenário encontravam-se adultos e crianças de todas as idades.

Ariès (1981) faz uma descrição minuciosa do diário de médico Haroard, demonstrando como eram os jogos e brincadeiras de uma criança no início do século XVII, neste caso das brincadeiras do pequeno Luís XIII. Nessas descrições pode-se observar que inicialmente, para as crianças pequenas, não existia diferenciação de brinquedos e brincadeiras de meninos e de meninas, podendo um menino de quatro ou cinco anos brincar com bonecas, praticar arco, jogar cartas ou baralho, participando, também dos mesmos jogos que os adultos, indistintamente.

Por volta de 1600, a especialização das brincadeiras atingia apenas a primeira infância; depois dos três ou quatro anos, ela se atenuava e desaparecia. *A partir dessa idade, a criança jogava os mesmos jogos e participava das mesmas brincadeiras dos adultos, quer entre crianças, quer misturada aos adultos.* (grifo do autor) [...] numa gravura de Arnould do século XVII, vemos crianças jogando boliche. São crianças bem nascidas, a julgar pelas mangas falsas da menina. Não se sentia nenhuma repugnância em deixar as crianças jogar, assim que se tornavam capazes, jogos de cartas e de azar, e a dinheiro [...] (ARIÈS, 1981, p.49).

Segundo Ariès (1981), crianças participavam também de brincadeiras de conotação sexual com os adultos, sem que, no entanto, tais atitudes fossem taxadas como impróprias<sup>5</sup> ou inadequadas pelas pessoas da época, fossem nobres ou serviçais.

Já em relação às vestimentas na Idade Média, adultos e crianças vestiam-se igualmente, não havia roupas de crianças e roupas de adultos, pois elas se vestiam como adultos. Esse fato sofreu alteração, no século XVII, conforme demonstra Ariès (1981), ao

<sup>4</sup> Essa concepção de Postman (1999), é uma visão contemporânea da história da infância. Manacorda (2010, p.148 -149), um historiador medievalista, demonstra como nos mosteiros já havia uma distinção do tratamento para com as crianças. Isto pode ser visto, por exemplo, nas regras beneditinas aplicadas dentro dos mosteiros.

<sup>5</sup> Essa visão de Ariès (1981), demonstra sua inabilidade como historiador, visto que, neste período a Igreja exercia um forte poder sobre a conduta das pessoas por meio da noção de pecado.

afirmar que a criança, de família com maior poder aquisitivo vestia-se diferentemente dos adultos. Postman, (1999, p. 57), ressalta que “no final do século dezesseis o costume exigia que a infância tivesse roupas especiais”, não mais se vestindo como os adultos. É importante ressaltar que essa mudança no traje das crianças ocorreu em relação às crianças oriundas das famílias nobres ou burguesas, pois os filhos de camponeses e artesões continuaram a vestir-se como os pais.

## 1.2 A descoberta da infância no século das luzes

Na Idade Média, a Igreja detinha todo conhecimento. Dessa forma é possível entender porque alguns autores consideram que nesse período houve uma estagnação<sup>6</sup> em todos os setores da sociedade, como a cultura, a educação, as ciências entre outras.

Na concepção de Postman (1999), para que a ideia de infância se estabelecesse era necessária uma transformação no âmbito do que consideravam como vida adulta. E o acontecimento que deflagra estas transformações só ocorre com o advento da tipografia e a inserção do adulto no mundo da leitura e escrita distanciando-o definitivamente da criança, surgindo assim a necessidade de inserir este “ser” em um espaço próprio, a infância.

A invenção da impressão com tipos móveis provocou a transformação mais radical nas condições de vida intelectual na história da civilização ocidental... Seus efeitos foram sentidos mais cedo ou mais tarde, em todos os segmentos da atividade humana. (POSTMAN, 1999, p. 36-37)

Tais transformações não se concretizaram na imediatez de um momento, para que se efetivassem de maneira irreversível, precisou ser amadurecida e assimilada pela sociedade, o que demorou aproximadamente dois séculos, portanto, do surgimento da ideia de que a criança precisava de um “lugar” e cuidados próprios diferenciados dos adultos, até sua real aceitação, um longo caminho precisou ser percorrido.

E o que instaurou definitivamente a infância como um período peculiar da vida de uma criança foi o que Postman (1999), chamou de “lacuna do conhecimento”, a divisão entre os detentores do conhecimento, os que sabiam ler, e os que ainda não haviam se apropriado desse instrumento, a leitura. Pois a leitura e escrita eram uma realidade apenas no mundo dos adultos, as crianças para se inserirem neste mundo deveriam ser conduzidas rumo à obtenção deste mecanismo.

---

<sup>6</sup> O termo estagnação é utilizado por Postman (1999), mas na de acordo com Manacorda (2010) este foi um período de grande fermentação cultural, inclusive o nascimento das universidades.

Postman (1999), afirma que com o livro impresso uma nova era se instala, “a forma do livro impresso criou um novo modo de organizar o conteúdo e ao fazê-lo, promoveu um novo modo de organizar o pensamento” (p.44). E em meio a tantas publicações recheadas de normas de conduta social e boas maneiras, por volta de 1744, foi impresso o primeiro livro de literatura infantil, intitulado “Jack, o Assassino de Gigante” (p.58), denotando por parte dos escritores e editores, a visão desse novo mercado consumidor.

Com a produção do livro didático, voltado para a alfabetização e educação, as crianças passam a ser encerradas em estabelecimentos de ensino e internatos, já divididos por classes com idades semelhantes. Exigindo-se conduta disciplinar muito rigorosa das crianças, que se viram obrigadas a domarem seus corpos e mentes, pois na visão dos educadores criança educada era criança disciplinada, o que não condizia com a energia irrequieta e disposição dos seus corpos jovens. Postman (1999, p. 61) ressalta, que “a natureza teve de ser subjugada no interesse de se conseguir uma educação satisfatória e uma alma purificada”.

Foi-se firmando e tornando mais visíveis a diferenciação da infância e mundo adulto, cada qual imerso em seu próprio “mundo simbólico”, a criança não mais partilhava das formas de falar, aprender e ouvir próprios do mundo adulto. Os pais e educadores têm como missão neste momento, preparar a criança para adentrar no mundo simbólico do adulto. “[...] Na década de 1850 os séculos da infância tinham feito seu trabalho e em toda parte do mundo ocidental a infância era tanto um princípio social quanto um fato social. [...]” (POSTMAN,1999, p. 65).

[...] No que diz respeito à infância, poderíamos mesmo dizer que na França os Jesuítas não eram páreo para Rousseau, assim como na Inglaterra a máquina industrial não pôde se opor às idéias de John Locke. Quero dizer que o clima intelectual do século dezoito – o Iluminismo, como é chamado – ajudou a nutrir e divulgar a idéia de infância (POSTMAN, 1999, p. 70-71).

Nesse contexto, a burguesia passou a atentar-se para as necessidades de a criança ter um espaço próprio para o seu crescimento.

Em 1850, a transição está completa. O mundo, que era um só, virou dois: o das crianças e o dos adultos. É nele que se falam sobre diferenças entre classes sociais, morte, doença, violência, dinheiro e, o segredo mais bem guardado, o sexo. De assuntos como esses, as crianças deveriam ser poupadas, em nome de uma infância sadia. (URBIM, 2009, p. 3)

Com o advento da Revolução Industrial, e a busca incessante e cada vez maior por lucros, houve um retrocesso no estabelecimento da infância pobre, a criança gradativamente

passou a ser utilizada como mão de obra nas fábricas, a despeito de sua constituição física. Era muito cômodo para as indústrias contratar mão de obra infantil, pois era muito mais barato que contratar uma mulher ou um operário.

[...] com o crescimento de grandes cidades industriais e a necessidade de trabalhadores nas fábricas e nas minas, a natureza especial das crianças foi subordinada à sua utilidade como fonte de mão-de-obra barata. [...] Pois, durante o século dezoito e parte do século dezenove, a sociedade inglesa foi especialmente feroz na maneira de tratar os *filhos dos pobres*, que foram usados como combustível no parque industrial inglês. (POSTMAN, 1999, p. 67) (Grifo meu)

No século XIX, no Brasil, também não foi muito diferente, pois as fábricas empregaram milhares de crianças para os mais diversos serviços, como mão de obra barata, as crianças estavam sujeitas ao trabalho degradante, a acidentes de trabalho que mutilavam e em muitos casos levavam a morte, como tem ocorrido até nos dias atuais nos rincões pobres do nosso país.

Neste período as concepções de infância no sentido defendido por Ariès (1981) e Postman (1999), não estavam presente entre a classe operária, assim o trabalho na infância constituía uma fonte de renda complementar para as famílias. Eles esperavam apenas as crianças crescerem o suficiente para enviá-las às fábricas e receber o pagamento pelos serviços prestados. Era com esse pouco dinheiro recebido pelas crianças que as famílias pobres parcamente tentavam manter-se.

Na Europa, a situação só mudou quando os operários começaram a pressionar o governo, pois ao privilegiar o trabalho infantil, as fábricas deixaram de contratar os homens e estes passaram a não ter condições de sustentar a si próprios e suas famílias (MINHARRO, 2003). Neste contexto Postman (1999) afirma que uma das razões por que a infância sobreviveu a esse período conturbado é que nas classes média e alta, esta foi mantida, alimentada e difundida.

Muitas leis foram surgindo e tinham o objetivo de proteger a criança do trabalho excessivo, e do exercício de atividades degradantes. No entanto, essas leis encontraram muita resistência, tanto por parte dos empregadores que não queriam perder a mão de obra barata, representada pelas crianças, quanto por parte dos pais que não queriam perder a complementação da renda trazida pelas crianças (DEL PRIORE, 2003).

Em vista disso, o Estado tomou para si a tarefa de proteger a criança, nos aspectos moral e educacional. É institucionalizada a escola com vistas a construir uma pedagogia voltada para desenvolvimento da criança.

O papel do estado aumentou sempre mais e as escolas privadas deram lugar à escolaridade obrigatória e gratuita.

Em todos os casos, no século XIX os poderes públicos começaram a pensar nas crianças como crianças... e não como adultos pequenos com direito a prestar seus serviços dezesseis horas por dia, ou como escravos dos pais (LEVIN, 1997, p. 253).

Neste contexto de sociedade industrializada, necessita-se cada vez mais de mão de obra operária, a mulher, já integrada às linhas de produção das indústrias, passa a ter suas crianças cuidadas por instituições ou creches. “O apogeu da infância tradicional durou aproximadamente de 1850 a 1950. Durante este período, protegidas dos perigos do mundo adulto, as crianças foram retiradas das fábricas e colocadas em escolas” (STEINBERG e KINCHELOE 2010, p.12). Neste sentido, complementando a fala dos autores:

O período entre 1850 e 1950 representa a preamar da infância. Nos Estados Unidos, [...], foram feitas tentativas bem-sucedidas durante esses anos de pôr todas as crianças fora das fábricas e dentro das escolas, dentro de suas próprias roupas, de seu próprio mobiliário, de sua própria literatura, de seus próprios jogos, de seu próprio mundo social. Em uma centena de leis as crianças foram classificadas como qualitativamente diferentes dos adultos; numa centena de normas foi-lhes atribuído um estatuto preferencial e oferecida proteção contra os caprichos da vida adulta (POSTMAN, 1999, p. 81).

Segundo Postman (1999), com a evolução da tipografia, surgem as primeiras publicações na área médica e específicas da pediatria, data de 1554 o primeiro livro pediátrico publicado, descrevendo os cuidados e doenças típicos desta fase da vida, havendo uma preocupação maior com o tema infância, surgindo o interesse, por parte de médicos e estudiosos, em pesquisas dando ênfase às fases de desenvolvimento físico e psicológico da criança e da necessidade de formular seus direitos.

[...] o conhecimento produzido sobre a infância a partir do século XVIII, suas características e necessidades, foi consolidando aos poucos a idéia da criança como sujeito de direitos, merecedora de dignidade e respeito, devendo ser preservada em sua integridade física e emocional. No século XIX foram criadas várias leis para garantir proteção e bem-estar à infância, implicando um maior controle do Estado, inclusive em relação à sexualidade infanto-juvenil. Passou-se, então, da indiferença para com os abusos e práticas sexuais envolvendo crianças, durante vários séculos, à vigilância constante da sexualidade infantil, bem como de outras sexualidades, vistas a partir de então como potencialmente doentias e perigosas (FELIPE; GUIZZO, 2003, p. 123)

Em 1923 é formulada a Declaração de Genebra dos Direitos das Crianças, adotada no ano seguinte, quando então a sociedade passa a observar esta fase da vida humana com

mais atenção e cuidado. Na virada do século XIX para o século XX a infância passa a ser vista como direito inato de cada indivíduo, independentemente de classe social ou econômica. Até então a infância era percebida somente na elite da sociedade.

## 2. A TRANSFORMAÇÃO DO CONCEITO DE INFÂNCIA

A infância, nesse conceito que se delineou a partir do século XVII e desenvolvida nos séculos seguintes, vem desaparecendo no final do século XX e início do século XXI conforme as pesquisas realizadas por Postman (1999), pois “para onde quer que a gente olhe, e visível que o comportamento, a linguagem, as atitudes e os desejos – mesmo a aparência física – de adultos e crianças tornam cada vez mais indistinguíveis.” (POSTMAN, 1999, p. 18).

Segundo as ideias defendidas por Postman (1999), o conceito de infância surgiu e se propagou com a invenção da máquina tipográfica, pois esta favoreceu a produção de livros, contribuindo para a disseminação das escolas e para a criação de novos métodos educativos, ficando sob a tutela dos adultos quais informações seriam disponibilizadas às crianças.

Os estudos de Postman (1999) levaram-no a concluir que a caracterização da infância tem estreita relação com o estabelecimento das escolas. “Como a escola se destinava a formar adultos instruídos, os jovens passaram a ser vistos não como miniaturas de adultos, mas como algo completamente diferente: adultos ainda não formados” (POSTMAN, 1999, p. 55).

Em seus relatos, Postman (1999), afirma que com a quebra do “monopólio do conhecimento”, mantido por sacerdotes e escribas, a capacidade de leitura e escrita acessível a um número cada vez maior de pessoas, criou o que ele denomina de “cultura livresca” criando de vez a separação do mundo dos adultos que detinham todo o conhecimento acumulado nos livros e o mundo das crianças que não possuíam a chave para este mundo: a leitura.

[...] Um adulto completamente alfabetizado tinha acesso a todas as informações profanas e sagradas contidas nos livros, as várias formas de literatura, a todos os segredos registrados da experiência humana. As crianças, na maioria dos casos, não tinham. Por isso é que eram crianças. E, por isso, eram obrigadas a ir para a escola (POSTMAN, 1999, p. 90).

No entanto, Postman (1999) ressalta que com a chegada das novas tecnologias, principalmente as das comunicações de massa, perdeu-se o controle destas informações, que bombardeiam diariamente crianças e adultos, indistintamente, sem que haja tempo para análise e compreensão do que é visto, favorecendo o fim da infância como a idade da inocência, igualando o mundo da criança ao mundo do adulto. E a partir de então passou a ocorrer a desconstrução do sentido de infância que foi paulatinamente construído a partir do século XVII.

Para o autor, no período compreendido entre 1850 e 1950, a infância está no ápice, e é nesta fase que ocorreram transformações no seio das famílias, criando o modelo da família

moderna, os pais enfim desenvolvem estruturas psíquicas que possibilitam a afetividade e responsabilidade para com suas crianças.

Em suas análises, Postman (1999), volta seu olhar para a sociedade norte-americana e não mais a europeia, e é justamente nesta sociedade que surge o telégrafo, que como a prensa de Gutenberg, não havia como prever a dimensão da sua abrangência, e que segundo o autor, possibilita gradativamente começar a ruir o ambiente simbólico que constitui a infância como período da inocência. Pois ao permitir que uma mensagem fosse enviada a uma velocidade maior que a alcançada pelo homem, Postman (1999) ressalta, “o telégrafo eliminou de uma tacada o tempo e espaço como dimensões da comunicação humana” (p.84), assim com a comunicação elétrica “iniciou o processo de tornar a informação incontrolável” (p.85).

Nesse contexto, Postman (1999) salienta que “o mundo foi inundado de informações” (p.86) que vinham de todos e para todos os lugares, não mais precisava de um emissor ou receptor específico. Ao anunciar um fato, não mais se tem noção da abrangência e extensão de seu alcance, pois “o telégrafo iniciou o processo de extorquir do lar e da escola o controle da informação” (p.86), mas foi apenas o prelúdio do que estava por vir. No espaço de tempo compreendido de 1850 a 1950, as transformações se sucederam com rapidez jamais vista até então, uma verdadeira avalanche de invenções: “a prensa rotativa, a máquina fotográfica, o telefone, o fonógrafo, o cinema, o rádio, a televisão” (POSTMAN, 1999, p. 86-87).

O mundo não é mais só o mundo da palavra falada ou escrita, passa a ser o mundo “das imagens, desenhos, cartazes e anúncios”, que “salientam nossas emoções, não a nossa razão” (POSTMAN, 1999, p.87), não precisa de um código, a leitura, para ser decifrada fica a cargo da imagem, que fala por si. Para Postman (1999, p. 88) “a revolução gráfica contribuiu para uma mudança radical no estatuto da infância”, com o surgimento de “um mundo simbólico que não pode sustentar as hierarquias sociais e intelectuais que tornam a infância possível”, (p. 88) a imagem fala, sem segredos.

Até então, para decifrar o conteúdo ou a mensagem do que estava escrito, tornava-se necessário um preparo prévio e, para tanto, Postman (1999, p.91) salienta que “a pessoa letrada precisa aprender a ser reflexiva e analítica, paciente e afirmativa, sempre ponderada, para poder, após a devida consideração, dizer não a um texto,” e essa capacidade era desenvolvida paulatinamente, tendo início com a inserção da criança ao mundo letrado, ao apropriar-se do instrumento da decodificação da escrita, a leitura, e com a sua prática e amadurecimento apoderar-se-ia da capacidade de análise e reflexão, ou o que o autor chama de “atitude letrada”, que divide as informações por níveis, do que se julga ser a capacidade de

interpretação da criança ou do jovem e que funcionam “efetivamente como uma barreira entre a criança e o adulto, e mesmo entre a criancinha e o adolescente” (POSTMAN, 1999, p.92).

A televisão, no entanto, põe em cheque essa base já estabelecida, não há o que decifrar, não requer do telespectador um preparo prévio para o entendimento das imagens e mensagens ali expressas, “é um show de imagens, um meio de comunicação pictográfico, não linguístico” (POSTMAN, 1999, p.92). A linguagem falada está presente, mas, é a imagem que sobressai. Por isso ver televisão “requer percepção, não concepção”, não infere noções de valores morais historicamente construídos, não contribui para a criação ou aperfeiçoamento de habilidades intelectuais no telespectador.

A televisão é o meio de comunicação que está presente hoje em praticamente todos os lares ao redor do mundo. Emite som e imagens, mas Postman (1999, p. 92), ressalta que “é a imagem que domina a consciência do telespectador e comporta os significados cruciais, [...] *as pessoas vêem televisão*. Não a lêem. Nem a escutam muito. Vêem” (grifo do autor). Ou seja, as imagens se sucedem, sem tempo para que sejam analisadas ou valoradas, ver televisão não requer capacidade de interpretação de símbolos, apenas percepção imediata dos padrões de imagens apresentadas, não desenvolve ou aprimora habilidades necessárias à formação de leitor da linguagem escrita, tão pouco difere se seu público é adulto ou criança, tudo é para todos.

Podemos concluir, então, que a televisão destrói a linha divisória entre infância e idade adulta de três maneiras, todas relacionadas com a acessibilidade indiferenciada: primeiro, porque não requer treinamento para aprender sua forma; segundo porque não faz exigências complexas nem à mente nem ao comportamento; e terceiro porque não segrega seu público. [...] Biologicamente estamos todos equipados para ver e interpretar imagens e para ouvir a linguagem que se torna necessária para contextualizar a maioria dessas imagens. [...] a mídia eletrônica acha impossível reter quaisquer segredos. Sem segredos, evidentemente, não pode haver uma coisa como infância (POSTMAN, 1999, p. 94).

Urbim (2009, p. 1) afirma que “esses jovens seres, que havia séculos habitavam um mundo que construímos para eles, há algum tempo vêm usufruindo os prós e contras do universo dos adultos”. Ou seja, a fronteira que separava o mundo adulto e o mundo infantil rompeu-se. Crianças e adultos já participam dos mesmos espaços, assistem a uma mesma programação na televisão, vestem os mesmos tipos de roupas, frequentam lugares anteriormente destinados só aos adultos, não há nada que se esconda das crianças.

Postman (1999, p. 98) ressalta, “do mesmo modo que a escrita alfabética e o livro impresso, a televisão revela segredos, torna público o que antes era privado”, mas com a ressalva de que para a televisão, não se exige nenhum filtro que oculte informações antes

disponíveis somente ao mundo adulto, detentor da ferramenta necessária para acessar tais informações: a leitura. As informações ali expostas, são reproduzidas e assistidas indistintamente, sem o lacre que mantenha os segredos da vida adulta inacessíveis às crianças, pois, “suas imagens são concretas e auto explicativas” (POSTMAN, 1999, p.98).

Na busca incessante por novidades que prendam a atenção e desperte o interesse do público, a televisão aborda temas que, até então eram velados aos olhos das crianças. Temas muitas vezes abordados de forma superficial e irresponsável, promovendo a banalização de fatos, acontecimentos e condutas morais e sociais. Em relação ao seu alcance, a televisão é o meio mais democrático existente, perpassa o muro da escrita, dando acesso ao mundo das imagens tanto ao bebê que fica entretido diante de sua tela, quando ao adulto, ao idoso sem distinção de idades, credo, condição social ou intelectual, sem uma seleção de informações para esta ou aquela idade, invadindo a mente da criança que ainda não está apta a fazer distinções entre o que é uma informação adequada e o que é moralmente inadequado para ela. Entende-se como informação adequada, aquelas pertinentes a idade e desenvolvimento cognitivo da criança.

Sendo assim para o autor:

A civilização não pode existir sem o controle de impulsos, especialmente o para a agressão e a satisfação imediata. Estamos em constante perigo de sermos possuídos pela barbárie, de sermos assolados pela violência, pela promiscuidade, pelo instinto, pelo egoísmo (POSTMAN, 1999, p.99).

Segundo o autor o que manteria tais instintos sob controle é a noção de vergonha, envolvendo-os em um clima de segredo, inacessíveis aos pequenos, pois “ao escondê-los, nós os tornamos misteriosos; tornando-os misteriosos, nós os controlamos”, (POSTMAN, 1999, p. 100). Segredos esses, que serão desvelados paulatinamente respeitando o nível de desenvolvimento e amadurecimento psíquico-físico da criança, regulados como um “conjunto de diretrizes morais” (POSTMAN, 1999, p. 100) das quais elas vão se apropriando.

Porém o autor adverte “a vergonha não pode exercer nenhuma influência como meio de controle social ou diferenciação de papéis numa sociedade que não sabe guardar segredos” (POSTMAN, 1999, p.100). Pois em sua definição “a idade adulta significa mistérios desvendados e segredos descobertos” (p. 102), e se as crianças desde tenra idade já os conhecem, perde-se a linha divisória entre infância e vida adulta. Para o autor, os segredos até então mais bem guardados se referem aos instintos em especial o sexual, mas salienta que,

“[...] há de fato, pouquíssimas manifestações da sexualidade humana que a televisão considera agora suficientemente sérias para mantê-las privadas [...]” (POSTMAN, 1999, p. 106).

Cabe ressaltar que culturas diferentes têm diferentes costumes, e o que é considerado inaceitável e vergonhoso para uns, faz parte do cotidiano de outros, sendo plenamente aceitável. Mas, no que diz respeito à violência disseminada no seio da sociedade que leva seres humanos a matarem seres humanos, Postman (1999, p.107) diz que: “[...] Desejamos manter esse conhecimento longe das crianças porque, apesar de toda a sua realidade, cedo demais o excesso dele é provavelmente perigoso para o bem-estar de uma mente em formação”.

E ressalta ainda a importância de que a criança acredite no poder do adulto de suplantarem e controlar tais impulsos, e a crença que os adultos têm definidos o que é certo e errado ajuda a construir, segundo Postman (1999, p. 107), “sentimentos positivos sobre si mesmas”, que alicerçarão sua capacidade racional, deixando-a apta a enfrentar as adversidades. Assim Waddington,

[...] formulou a hipótese de que um componente da evolução humana e da capacidade de escolha é a faculdade da criança aceitar, com base na autoridade dos mais velhos, os critérios de certo e errado”. Sem tais garantias as crianças acham difícil ter esperança, coragem ou disciplina. Se é hipocrisia esconder das crianças os “fatos” da violência e da inépcia moral dos adultos, é, entretanto, sábio proceder assim. Seguramente, a hipocrisia a serviço da consolidação do crescimento da infância não é vício (WADDINGTON apud POSTMAN 1999, p. 107).

Ainda de acordo com o autor, isso não quer dizer que a criança não deva de forma alguma tomar ciência da violência ou degradação moral, mas que o tema seja inserido ao conhecimento da criança de forma que estes não venham causar qualquer tipo de perturbação ou trauma. Ele sugere para isso, que se faça uso dos contos de fadas, pois, “repousa na sua capacidade de revelar a existência do mal de uma forma que permita às crianças assimilá-lo sem traumas” (POSTMAN, 1999, p.108). E neste caso a intensidade do ato de violência pode ser abrandada pelo tom da voz de quem lê o conto, permite-se que dê mais ênfase a esta ou aquela passagem, respeitando o estágio de maturidade da criança. Mas chama a atenção para o fato que diante da televisão, suas imagens não guardam ou suavizam as informações diante da criança, revelando a violência de forma “rude e inexorável”.

O que dizer das boas notícias ou informações que a televisão apresenta? Segundo o autor, o que pode ser classificado como bom na televisão, o é, do ponto de vista do adulto, sendo assim pertence aos bons conteúdos da vida adulta, que é revelado também para a criança.

[...] não afirmo eu que no passado as crianças ignoravam completamente os assuntos do mundo adulto; nunca, porém, desde a Idade Média, as crianças souberam tanto sobre vida adulta como agora. Nem as meninas de dez anos que trabalhavam nas minas da Inglaterra no século dezoito eram tão sabidas como as nossas crianças. As crianças da revolução industrial sabiam muito pouco além do horror de suas próprias vidas. Graças ao milagre dos símbolos e da eletricidade, nossas crianças sabem tudo que qualquer outra pessoa sabe – de bom e de mau. (POSTMAN, 1999, p. 111)

O acesso a essa gama de informações pode ter tornado as crianças de hoje as mais bem informadas da história, mas lhes é cobrado algo, e este algo é a visível perda da ingenuidade e sonhos próprios desta fase da vida humana, a infância.

## 2.1 A criança adultizada X adulto infantilizado

Refletindo sobre o papel do adulto e da criança na sociedade atual, o autor caracteriza a ideia moderna de vida adulta como:

[...] um produto da prensa tipográfica. Quase todas as características que associamos à idade adulta são aquelas que são (e foram) ou geradas ou ampliadas pelos requisitos de uma cultura plenamente letrada: a capacidade de autocontrole, uma tolerância para com o adiamento da satisfação, uma refinada capacidade de pensar conceitualmente e em sequência, uma preocupação com a continuidade histórica e com o futuro, uma valorização da razão e da ordem hierárquica. [...] (POSTMAN, 1999, p. 113)

Sendo assim, Postman (1999, p. 113) ressalta que com a “mídia elétrica<sup>7</sup>” se rompe a linha divisória entre a infância e a idade adulta, ou seja, a alfabetização, e insere neste meio outros conceitos e valores, surgindo o que o autor chama de “uma nova configuração das etapas da vida”. Que para ele se resume a três: “os recém-nascidos, os adultos-crianças e os senis” (p.113). As crianças que dominam os mesmos conhecimentos dos adultos, adultos que não querem envelhecer e os idosos. Para Postman (1999, p. 113), esse “adulto-criança” se define pela imaturidade intelectual e emocional que é facilmente observável nas crianças. Para uma melhor compreensão o autor dá a seguinte explicação:

[...] Como a arena simbólica em que acontece o crescimento humano muda na forma de conteúdo, e, em especial, muda na direção de não exigir diferenciação entre a sensibilidade do adulto e a criança, inevitavelmente as duas etapas da vida se fundem numa só, [...] (POSTMAN, 1999, p. 113).

---

<sup>7</sup> O autor denomina de “mídia elétrica” as invenções como o telégrafo, o rádio, o cinema e a televisão.

Para o autor um dos motivos para essa fusão é a falta de consciência política e capacidade de julgamento por parte dos adultos. Em um mundo onde a imagem fala mais alto, as informações não são mais só as verbais, estão impressas no visual, na postura, o que conta não é só o discurso, mas também a postura de determinado candidato político em frente às câmeras. O que denota em falsos julgamentos sobre a realidade, por parte dos adultos, pois o foco não é mais a capacidade intelectual, administrativa, ou moral do político, mas, como um show de talentos televisivo, vale sua empatia com o público que o assiste ali ele, o candidato, representa um papel, não expõem suas ideias, é um personagem com a finalidade de vender um produto, que julga necessário à sociedade, ele mesmo. Se o adulto tem pouco ou nenhum discernimento a respeito da vida política do seu meio social, sua predisposição para julgar a idoneidade do candidato político que se apresenta diante de si, equivale a condição de julgamento da criança. Equiparando o adulto à criança.

O conteúdo massificante da televisão coloca adultos e crianças no mesmo patamar de conhecimentos desvinculados de sentido:

[...] a questão é que todos os acontecimentos da TV surgem completamente destituídos de continuidade histórica ou qualquer outro contexto, e numa sucessão tão rápida e fragmentada que caem sobre a nossa cabeça como enxurrada. Esta é a televisão como narcose, entorpecendo a razão e a sensibilidade. [...] (POSTMAN, 1999, p.119).

As mídias elétricas, em especial a televisão, apresentam uma programação muito bem organizada o que impede, a esses adultos infantilizados, uma racionalização ou valoração do que é apresentado. Além disso, entre um programa e outro ou intervalos, surge o espaço do comercial no qual, segundo Postman (1999, p.122), “não são fatos que são oferecidos aos consumidores, mas ídolos, aos quais tanto os adultos quanto as crianças podem se ligar com igual devoção e sem o fardo da lógica ou da verificação”. Esses comerciais apenas oferecem a todos, de modo indistinto, símbolos que são consumidos por uma motivação externa e não por uma necessidade pessoal.

Para o autor, a TV exerce tal fascínio sobre seu público, que ele a compara à religião: “o Céu, [...], é qualquer lugar onde você junta sua alma com a Divindade – a Divindade, claro, sendo a Tecnologia”, (POSTMAN, 1999, p. 127). É a valoração inversa, o que direciona a vida dos telespectadores, é o que é ditado pela TV, não mais os conceitos morais historicamente construídos.

[...] Conquanto se deva frisar que os comerciais de TV não desempenharam papel algum no desencadear desta transformação, está claro que eles refletem a mudança, documentam-na, ampliam-na e, assim fazendo, contribuem para a diminuição de orientações espirituais maduras. Em consequência disso, obscurecem a fronteira entre a idade adulta e a infância, pois as crianças não têm dificuldades de compreender a teologia do comercial de TV. Nada há nele que seja dificultoso ou complexo ou que inspire uma questão profunda da existência. O adulto que adota essa teologia não é diferente da criança. (POSTMAN, 1999, p. 127)

O autor ressalta que esta concepção infantilizada de “consciência política, comercial e espiritual” (p.27), que permite aos usuários desta tecnologia, “idolstrar” pessoas e produtos como sendo essenciais às suas vidas, vem justamente da falta de criticidade do “adulto-criança”, que não desenvolveu maturidade intelectual suficiente para direcionar sua trajetória cultural, e o que contribui para esta formação é a natureza do “veículo”, a TV, com sua pluralidade de programas que incitam e visam apenas a imediatividade de um momento, “[...] Tudo na televisão é vivenciado como se estivesse acontecendo *agora* [...] os adultos estão sendo forçados pela televisão a aceitar como normal a necessidade infantil de satisfação imediata, bem como a indiferença infantil pelas consequências” (POSTMAN, 1999, p. 128).

Outro aspecto que o autor aborda é o fato de a TV ser um meio de comunicação introspectivo, não exige um diálogo, nem a observância às regras de conduta social, de comportamento ou postura, o "telespectador vê TV, não lê TV", o que impossibilita estabelecer um diálogo entre as ideias postas, ou uma interação com seu interlocutor, ao mesmo tempo em que não exige esforço cognitivo algum para compreender o que é transmitido.

Assim como a alfabetização fonética alterou as predisposições da mente em Atenas no século cinco a.C., assim como o desaparecimento da alfabetização social no século cinco d.C. ajudou a criar a mente medieval, assim como a tipografia aumentou a complexidade do pensamento – na verdade mudou o conteúdo da mente – no século dezesseis, assim também a televisão tornou para nós desnecessário distinguir a criança do adulto. Pois é de sua natureza homogeneizar as mentalidades.[...] (POSTMAN, 1999, p. 132)

Para o autor, a televisão é constituída em um mundo de “figuras e histórias”, que ao homogeneizar sua programação sem a devida distinção de seu público, está equiparando a mentalidade do adulto à da criança, estabelecendo um novo paradigma de infância ou vida adulta, pois a criança é muito cedo adultizada e o adulto intelectualmente infantilizado.

Segundo Postman (1999), o desenvolvimento do intelecto humano, que teve início com os primeiros símbolos convertidos em instrumentos de escrita e registro da atividade humana e científica se deparara agora com um elemento de estagnação, a mídia eletrônica,

que com suas imagens sem margens para interpretação e que não exige mais da mente humana esforços para assimilação e construção de conceitos, pois já está tudo pronto.

Postman (1999) salienta que para entender o processo de desaparecimento do conceito de infância, na mídia televisiva, é necessário a observar a ausência de crianças em seus programas, assim como em programas de rádio e na música o que fica ainda pior, é que mesmo que elas aparecem, não são mais apresentadas como crianças, mas como pequenos adultos. Como afirma o autor:

[...] quero dizer que quando são mostradas, são representadas como adultos em miniatura à maneira das pinturas dos séculos treze e quatorze. [...] com isso quero dizer que um espectador atento das comédias de costumes, das novelas ou de qualquer outro formato popular da TV notará que as crianças de tais programas não diferem significativamente em seus interesses, na linguagem, nas roupas ou na sexualidade dos adultos dos mesmos programas, (POSTMAN, 1999, p.136).

Ainda de acordo com o autor, criança é representada de forma estereotipada, “adultificada”, sem os aspectos intitulados infantis, como as roupas, a linguagem, e a aparente inocência. Recurso muito utilizado não só nos programas apresentados, mas também nos anúncios e comerciais, que recheiam a programação diária da TV, mesmo diante da lei que regula a exibição de comerciais<sup>8</sup> destinados às crianças nos canais abertos. Em contrapartida também o adulto é mostrado destituído das capacidades que o diferenciam intelectualmente da criança.

[...] Com algumas exceções, os adultos na televisão não levam a sério o seu trabalho (se é que trabalham), não cuidam de crianças, não tem opção política, não praticam nenhuma religião, não representam tradição alguma, não têm projetos ou planos sérios, não têm conversas demoradas e em nenhuma circunstância aludem a qualquer que não seja familiar a uma pessoa de oito anos (POSTMAN, 1999, p. 141).

Para Postman (1999), os programas de TV assim constituídos, aliados a fatos que demonstram que “em nossa situação atual os valores e estilos da criança e os dos adultos tendem a se fundir” (p. 142), como as mudanças ocorridas no vestuário de crianças e adultos, que atualmente seguem um mesmo padrão, só tende a piorar essa situação de fusão entre as idades,

[...] o que era outrora inequivocamente reconhecido como roupa infantil praticamente desapareceu. [...] O fato é que estamos agora passando pela reversão da

---

<sup>8</sup> Lei 5921/2001 – proíbe a publicidade dirigida à criança e regulamenta a publicidade dirigida a adolescentes, nos canais abertos de televisão.

tendência, iniciada no século dezesseis, de identificar as crianças pelo modo de vestir. À medida que o conceito de infância diminui, os indicadores simbólicos da infância diminuem com ele (POSTMAN, 1999, p. 142).

Esta mudança dos hábitos se estende também à alimentação, pois adultos e crianças se entorpecem nos cardápios dos *fast-foods*, mesmo sendo alimentos pouco nutritivos e de má qualidade. Postman (1999, p. 143), ressalta que “era um sinal de amadurecimento quando um jovem se mostrava inclinado a rejeitar uma alimentação pouco saudável”. E para o autor na atualidade, adultos e crianças consomem igualmente estes alimentos, o que prejudica também a saúde física de ambos.

Com relação as brincadeira e jogos infantis que aconteciam na rua por divertimento, como esconde-esconde, pega-pega, amarelinha, bola queimada, taco, futebol, o basquete, entre outros tantos, Postman (1999), salienta que quase não existem mais, e que os jogos de rua entre amigos, na sociedade norte americana, foram profissionalizados e crianças cada vez mais jovens jogam em ligas, em busca de vitórias, cercados por regras dos times adultos, “não há regras peculiares inventadas ao sabor do momento” (POSTMAN, 1999, p. 143). As crianças não brincam mais por diversão, pelo prazer da brincadeira livre e descompromissada, assim, “os pressupostos tradicionais sobre a singularidade das crianças estão desaparecendo rapidamente” (p.45). Desde muito novas, crianças estão envolvidas por um clima de disputa e competições, fama, sucesso, direcionando suas vidas para ganharem dinheiro com um esporte que até então era jogado na rua com os amigos, em momentos de diversão e espontaneidade, como o é ser criança. E isso acontece, segundo o autor, por que “à medida que a infância desaparece, desaparece também a concepção infantil de brincar” (POSTMAN, 1999, p. 145).

Para o autor essa concepção infantil, de gostar de coisas de adulto, se estende também ao gosto pela música, programas de TV, shows, o que pode ser visto no comportamento de muitas crianças, que ainda bem novinhas com até dois anos de idade, ouvem músicas de conteúdo considerado próprio para jovens e adultos, imitando coreografias erotizadas, facilmente encontradas programas de TV ou em vídeos caseiros na internet, esse comportamento sendo idolatrado ou admirado pelos adultos responsáveis por essas crianças.

Nesse sentido, Postman (1999), relata que, também em relação às crianças norte americanas de dois a onze anos, assistem e gostam das mesmas atrações que os adultos, ou seja, crianças precocemente adultizadas e adultos infantilizados, imaturos culturalmente que não desenvolveram a sensibilidade e o gosto refinado por obras “clássicas” da música, teatro e mesmo literárias por exemplo.

Outro ponto referido por Postman (1999) como homogeneizador de crianças e adultos é a linguagem, pois com as obras clássicas ou de conteúdos mais densos ou literários deixadas de lado, cai significativamente o nível de leitura, escrita e a competência linguística dos adultos. E se não há sobre o que pensar, não há como pensar, o que denota uma queda na capacidade de raciocínio e expressão destes adultos, estes, não se interessam por conteúdos que possam desenvolver e melhorar o raciocínio, o que acarreta numa diminuição dessa capacidade. E para o autor a mídia tem atuação direta neste fenômeno de “redução da competência linguística dos jovens” (POSTMAN, 1999, p. 147), e conseqüentemente, dos futuros adultos. Bem como o uso corriqueiro, por crianças e jovens, de “palavrões” que no passado foram considerados “segredos da linguagem adulta” (POSTMAN, 1999, p. 147), que agora são pronunciados livremente sem o menor pudor. Assim,

[...] este fato é significativo porque é um exemplo da erosão de distinção tradicional entre crianças e adultos. É significativo também porque representa uma perda no conceito de maneiras. [...] há um declínio correspondente tanto na prática como no sentido de civilidade, que está arraigado na idéia de hierarquia social [...] (POSTMAN, 1999, p. 148).

Desta forma observa-se uma queda acentuada do poder de autoridade das pessoas mais velhas em relação aos mais jovens, e se estes já não respeitam, como deveriam, os mais velhos torna-se visível o aumento da indisciplina, e o declínio do uso de “expressões convencionais de cortesia como muito obrigada e por favor” (POSTMAN, 1999, p.148).

Em decorrência dessa maior liberdade de expressão oral e de ação dos jovens aliada ao aumento do desrespeito aos mais velhos e aos seus costumes, o índice de criminalidade praticado por jovens tem aumentado consideravelmente. Da mesma maneira a decadência da ingenuidade tem contribuído para aumentar crimes contra crianças, praticado tanto por adultos como por elas mesmas.

A seguir, será tratada a influência do vários tipos de mídia, na formação dos valores morais e emocional das crianças na atualidade. Buscando elucidar como os diferentes meios de comunicação de massa atuam sob os aspectos do consumismo, da erotização, e sexualidade de crianças e jovens. Bem como dos amparos legais à preservação da criança como indivíduo de direitos, que merece ter sua inocência, ingenuidade e pureza resguardadas.

### 3. A MÍDIA E A EROTIZAÇÃO DA INFÂNCIA

No primeiro capítulo deste trabalho, foi apresentado brevemente o histórico sobre a construção do conceito de infância a partir de leituras da obra de Ariès (1989) e Postman (1999). Evidenciando, como até início do século XVII não havia distinção entre o mundo adulto e o mundo das crianças, no que tangia ao comportamento social. Com aproximadamente sete anos de idade, adquirido o domínio da fala as crianças participavam das mesmas atividades que os adultos, trabalhos, festas, convivendo nos mesmos ambientes.

Paulatinamente com a intervenção da Igreja, de estudiosos, filósofos, médicos, psicólogos, volta-se o olhar para as peculiaridades da criança, do ponto de vista físico e emocional, percebendo a necessidade de mantê-las protegidas em um mundo que não mais incluía alguns atos e assuntos, que passam a caracterizar o mundo dos adultos. Há também o surgimento da escola organizada em turmas respeitando as faixas etárias de crianças e jovens, e também a preocupação em dividir os conteúdos por temas e complexidades referentes à idade das crianças.

No segundo capítulo, foi tratada da desconstrução do conceito de infância, embasados principalmente no estudo da obra de Postman (1999). Com isso, foi possível traçar, um breve relato sobre o assunto.

Seguindo a linha de pensamento do autor, que demonstra como a partir da invenção da prensa tipográfica e a disseminação das publicações livrescas, eclodiram e ampliaram a difusão do conhecimento, favorecendo a divisão do mundo adulto, que detinha a competência da leitura e escrita e o mundo das crianças, que por ainda não saberem ler, se viam resguardadas dos saberes e “segredos” da vida adulta.

Mas com o advento do telégrafo e dos meios de comunicação de massa, paulatinamente essa linha divisória tem se atenuado, caminhando para a extinção permanente, já que se perdeu o controle das informações vinculadas por estes meios. Crianças, adultos e idosos assistem aos mesmos programas, invariavelmente com conteúdo inadequado às crianças, muitas vezes incitando o consumismo desenfreado, a violência, a banalização dos conceitos de moral, respeito, e indubitavelmente trazendo para o universo infantil a conduta erotizada, que vulgariza as relações afetivas, familiares, e condutas sociais e sexuais, fazendo parecer que tais comportamentos são naturais, sem reflexão alguma sobre.

As consequências de tais atos para as mentes ainda em formação das crianças podem ser prejudicial ao seu desenvolvimento. Exposta desde muito cedo à ação da mídia, muitas vezes ainda bebês são deixadas diante da TV como meio de distração. Com isso, a criança

deixa de vivenciar o contato físico do toque, do olho no olho com a mãe, e assim, cresce engendrando e interiorizando precocemente valores, muitas vezes diferentes de sua realidade social e econômica ditando e moldando seu comportamento, que se tornam normatizados segundo os interesses do sistema econômico vigente.

A publicidade dirigida à infância através da televisão tem um papel vital na formação dos valores e atitudes necessários ao consumismo, desde os seus primeiros objetos de desejo. [...] Quando é educada para o consumo, a criança constrói valores a partir de modelos que lhe são apresentados como ideais. Nesse caso, por uma sociedade que valoriza quem tem poder de compra e exclui quem não tem acesso a bens de consumo, [...] (KEHL, 2004 apud OLMOS p. 41).

Induzidas ao consumo estão a mercê de reproduzir padrões que não condizem com a sua condição de ser criança. Expressando esse comportamento na fala, no vestir, nas atitudes deixando explícito que estas, não são atitudes próprias de criança, tal qual o modelo moderno, mas um novo formato ou modelo de uma criança induzida pela mídia, a portar-se como um adulto miniaturizado. Ocorrendo um processo reverso ao movimento surgido na Idade Média de valoração e proteção da infância e que culminou inclusive na transformação no modo de vestir das crianças, que a partir daquela época, passaram a ter roupas pensadas para as suas necessidades enquanto crianças. Nesse sentido vale ressaltar que:

[...] Hoje, a moda faz com que as crianças se vistam como pequenos adultos e usem objetos de consumo para se sentirem aprovadas. [...] A questão da erotização passa também por uma necessidade de se vender produtos que valorizam o corpo de meninas e meninos. E, certamente, as roupas da moda são objetos eróticos [...] (DUARTE, 2009, p. 42)

Embora considerado por muitos pais como atitudes naturais, e às vezes até incentivadas por eles, e que denotam mudanças dos tempos, tais comportamentos ferem o direito da criança, de ser criança. Esse comportamento adultizado está expresso na mídia em cartazes, outdoors, banners, na TV, nas músicas com coreografias que exaltam a sensualidade, expondo esses seres ainda em formação e sem a capacidade de filtrar esse bombardeio de informações e de diferenciar o que é bom ou não para si. Situações que motivam o consumo, propagandas em que aparecem crianças sensualizadas pelas lentes de uma câmera e maquiagens pesadas e jogos de luzes, com o único intuito de vender um produto, levando essas crianças a copiarem padrões de comportamento que não lhes são peculiares. “[...] se considerarmos a criança como um ser inocente e indefeso, aproximá-la dos prazeres eróticos equivaleria a profanar sua própria natureza, evidenciando assim a influência negativa dessas

propagandas” (Motta apud FLORES, A., OLIVEIRA JR, J., SANTOS, M. & TEIXEIRA, 2011 p. 10).

E em relação à exposição precoce de crianças a estímulos erotizantes, levando a assumirem padrões de condutas sem estarem psíquica e biologicamente formadas para tal. E como consequência de tais atos essas crianças ficam a mercê de abusos desde sexuais a uma gravidez precoce, no caso das meninas. Neste sentido, Olmos (2009), nos trás que:

A erotização é precoce quando acontece antes da faixa etária correta da criança para determinado estímulo. Ela é precoce também se os conteúdos que aparecem para ela são precoces à sua faixa de idade. [...] Esse tipo de atitude é ruim e deixa a criança perdida. São informações de difícil compreensão e que podem ter impactos negativos para ela (OLMOS, 2009, p. 08).

Autores como Vygotsky, não concordaria com a divisão a partir de faixas etárias, afinal o ser humano aprende por estar em contato com o social, e pode-se pensar que sua estrutura psíquica não esteja preparada para o que é exposto indistintamente pela mídia, impossibilitando de refletir sobre o que vê.

A mídia, em geral, mas principalmente a televisiva, vê na conquista de crianças como público cativo, a expansão das fronteiras mercadológicas, os consumidores do futuro, e para tal se vale do fato de estar presente no cotidiano das crianças, atuando como instância socializante, inserindo novos valores na cultura infantil com o intuito de induzi-las ao consumo. Para Vygotsky, (apud OLMOS, 2009, p. 39) “as relações sociais não só formam o contexto onde a criança se desenvolve como constituem a criança desde o começo”.

A preocupação se instaura mediante a constatação que a televisão e a internet dividem espaço, no contexto social das crianças de hoje, que há umas décadas atrás, era da família, dos amigos e colegas da escola, “se, antigamente, tínhamos a família, a escola e a igreja como referências principais no processo de socialização da criança, hoje, a mídia não é só um quarto fator como, muitas vezes, é o principal (VIVARTA, 2009, p.16)”. Atualmente as crianças estão mais sozinhas interagindo menos com outras crianças e mais ligadas às novidades tecnológicas, que exortam e disseminam em suas mentes o apelo consumista.

Neste sentido, a infância convive com outra agressão ao direito da criança, viver condignamente sua criancice. E que muitas vezes a exclui socialmente, pois se para ser aceita por um determinado grupo, ao qual ela quer pertencer, ela precisa ter a roupa da marca X, o tênis Y, o celular, última geração Z. Desta maneira, soma-se ao processo de adultização da conduta infantil imposta pela mídia, a exclusão dos círculos sociais desta criança ou jovem que não tem meios de acompanhar o consumismo que lhe é imposto.

Segundo Paterno (2011), outro fator desencadeado pela mídia, relacionado ao consumismo, é o fato de despertar em seu público o desejo de posse, fazendo-o crer que ao escolher um produto o faz por necessidade e ao optar por esta ou aquela marca o faz por ter liberdade de escolha e controle de seus atos, desta feita, para alcançar a felicidade, ser aceito no meio social é necessário “ter”, mas não qualquer objeto e assim aquele que a mídia perspicazmente o induziu a desejar. Assim, o indivíduo e principalmente a criança que ainda não estabeleceu dispositivos de defesa aos mecanismos de controle midiático pensa usufruir da liberdade de escolha que desencadeia a felicidade efêmera da posse, ou infelicidade que acarretam em casos de frustração e, até mesmo depressão.

Essa liberdade é cerceada sem que se sinta o limite do cerceamento. Ou seja, a pessoa opta por algo que acredita ter selecionado para satisfazer sua necessidade, porém essa escolha, muitas vezes, é fruto dos dispositivos de disciplinarização. Eles estimulam, controlam e muitas vezes limitam as opções dos sujeitos (PATERNO, 2011, p.26).

Nesse sentido, da indução ao consumo, em especial dos produtos feitos para criança, com forte apelo, Olmos (2009) traz sua colaboração:

[...], a criança se acostuma a ser tratada, desde cedo, como consumidora e não como ser em formação, com direito a brincar, conviver, estudar e cumprir todas as etapas do desenvolvimento infantil. A publicidade dirigida à criança captura seu desejo e a seduz [...] (OLMOS, 2009, p. 41).

Nesse processo de indução ao consumo, a criança indubitavelmente associa o seu bem estar à realização do desejo de “ter”, invariavelmente um produto que lhe foi apresentado como sendo essencial a ela. Em propagandas chamativas, mostrando a ação de crianças em cena, que assumem posturas fantasiosas, em atitudes adultas, representando uma maturidade que não condiz com o termo infância, “a publicidade procura entrar nesse segmento de mercado, voltado para esses meninos e meninas, passando a ideia de que o consumo é o caminho do pertencimento” (OLMOS, 2009 p. 08). Criando, muitas vezes, a compulsão pelo consumo, cria-se também a sensação de angústia que será sanada com a aquisição deste produto, criando a seguir a falsa necessidade por outro, que acarretará nova sensação de angústia, e assim formando um ciclo indissolúvel.

Ao ter seus desejos realizados a criança tende a valorar objetos, segundo Olmos (2009), com “características humanas”, e esse objeto passa a ter valor de suprir as necessidades afetivas, de acalento, de apoio emocional, sentimentos que para ela tornaram-se desvinculados da relação com os adultos responsáveis por ela. É esse objeto que diz à

sociedade quem é essa criança ou jovem, tendo o poder de incluí-lo ou excluí-lo socialmente.

A partir disso, Leão (2007), enfatiza que “[...] a mídia tem se tornado orientadora pedagógica de muitos públicos pelo mundo, construindo, assim, a identidade dos sujeitos por via do consumo desenfreado (LEÃO, 2007, apud MUZZETI; LEÃO, 2014, p. 641)”. Como confirmam os autores:

A mídia, compreendida como qualquer dispositivo (televisão, propagandas, livros, revistas, etc.) que possa estar relacionado aos processos de construção de ideias, valores e comportamentos, pode ser incluída naquilo que chamamos de Pedagogias Culturais (STEINBERG, 1997, apud FELIPE; GUIZZO, 2003, p. 1221).

Esse movimento de educação para o consumo, somado à representação de crianças estilizadas e sensualizadas como adultos, como ressalta autores como Walderdine, (1998) e Felipe (1999) apud Felipe e Guizzo (2003, p. 120), “é possível verificar que a representação de pureza e ingenuidade, suscitada pelas imagens infantis veiculadas pela mídia, tem sido substituída por outras extremamente erotizadas, principalmente em relação às meninas,”. Vem desencadeando um novo processo denominado por Felipe e Guizzo (2003), de “pedofilização” da sociedade, e que para as autoras, “[...] merece ser examinado com maior atenção, na medida em que as crianças têm sido alvo de um forte apelo comercial, sendo descobertas como consumidoras e, ao mesmo tempo, como objetos a serem consumidos” (FELIPE; GUIZZO, 2003, p. 120).

Crianças retratadas e expostas pelos veículos midiáticos assumindo postura adulta e sensual, e essa imagem não é desprovida de sentido e mais que isso, “veicula discursos que podem produzir efeitos de verdade no comportamento não só das crianças como também dos adultos” (FELIPE; GUIZZO, 2003, p.121). E vendo-se adulta e sendo vista como tal por outras crianças e adultos, ela fica a mercê do julgamento alheio, induzidas a reproduzir comportamentos “sexuais”, para os quais não estão prontas, tanto física como emocionalmente. E diante disto um dos temas ligado à sexualidade, mais em voga na mídia hoje, é a pedofilia<sup>9</sup>.

Com relação à sexualidade, MUZZETI (2014) ressalta que a sexualidade está presente na vida do indivíduo desde o seu nascimento, no entanto a sexualidade na criança não está ligada aos órgãos genitais, não está direcionada somente à relação sexual, somente com a

---

<sup>9</sup> Segundo o dicionário Aurélio pedofilia é caracterizada como: PEDOFILIA. [De *ped(o)* + *filia*.] *S.f. Psiq.* Parafilia representada por desejo forte e repetido de práticas sexuais e de fantasias sexuais com crianças pré-púberes. Pedofilia erótica. *Psiqu.* Perversão sexual que visa à criança (FERREIRA. 1999, p. 1525).

chegada da puberdade tais instintos começam a aflorar. Mas percebe-se que a mídia tem promovido um despertar precoce nas mentes das crianças, no que diz respeito às campanhas publicitárias representando crianças estereotipadas como adultas ou em sua programação diária com conteúdos de conotação sexual.

[...] a mídia também se coloca a serviço da informação e do entretenimento acerca de questões sexuais. Ao endossar tal afirmação, averigua-se que os veículos midiáticos que contemplam a sexualidade, e seus conteúdos, têm conquistado amplo espaço nas últimas décadas, o que contribui de certa forma para que escolhas e atitudes dos indivíduos no que se refere ao sexo sejam influenciadas por tais artefatos da comunicação ( MUZZETI, 2014, p. 641).

A criança, precocemente, exposta a estímulos erotizantes ou sexuais sem maturidade suficiente para compreender e lidar com eles, desenvolve desvios de conduta, portando-se com mais agressividade e menos tolerante às regras sociais. Por isso, tem a sua “educabilidade” reduzida, ou seja, na ânsia de se portar como um adulto, não consegue mais assumir a postura de criança, quebrou-se o cristal da inocência, da ingenuidade de sua alma infantil, e sem condições de refletir sobre seus atos, externa os estímulos impróprios recebidos em atitudes de agressividade, descontextualizadas da sua condição de criança.

Dentro dessa lógica, nos dias atuais, é notório que as crianças se encontram muito vulneráveis aos conteúdos e às mensagens oriundas de diversos veículos midiáticos. Tais elementos instigam um exagero de erotização que os pequenos, devido a pouca idade, ainda não possuem discernimento para compreender de uma forma adequada, desprovida de malícia, o que pode ocasionar muitos prejuízos de comportamento (FIGUEIREDO, 2009, apud LEÃO; MUZZETI; LEÃO, 2014, p.642).

A partir dos autores estudados neste trabalho é possível perceber que em nossa sociedade globalizada e consumista, vale-se de todos os artifícios possíveis para a indução de crianças e adultos ao consumo. E a criança é a parte mais frágil desse sistema, e está diariamente em contato com a mais variada gama de estímulos, com mensagens sutis e subliminares, às mais explícitas e impactantes. Mas onde e como aparecem estas mensagens?

Bem, é só olhar ao entorno, a TV está na sala de todas as famílias, na esquina exposto o outdoor anuncia o jeans do momento com um casal com corpos seminus, bronzeados e suados em poses claramente sexuais e está à vista de todos para ser interpretado ao bel prazer de quem os contempla. Está também na revista, aquela que se lê no consultório do dentista, do pediatra, na residência de muitos, e até na escola à disposição das crianças para serem manuseadas, rasgadas, recortadas ou coladas em alguma atividade proposta pelo professor. São imagens com as mais variadas mensagens ao alcance de crianças, jovens e adultos.

E uma vez, que a sexualidade é inata e inerente à constituição do indivíduo, tais imagens poderiam ser consideradas o que Postman (1999) denominou de “segredos da vida adulta”, por conterem mensagens estranhas ao considerado próprio ao processo de desenvolvimento da criança.

[...] há que se entender que nesta fase da vida a criança volta-se para a descoberta de seu corpo, possuindo curiosidades, sendo que todo este processo deve ocorrer de forma natural e gradual, na contramão de acontecimentos que, por sua vez, forcem a chegada precoce à sexualidade voltada para a genitalidade. (LEÃO; MUZZETI; LEÃO, 2014, p.642).

Em alguns países da Europa, segundo Paterno (2011), a publicidade segue normas impostas por leis, com ênfase na normatização da proteção e do respeito à criança. No Brasil a Constituição Federal de 05 de outubro de 1988, capítulo VII, artigo 227, determina que:

[...] É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, *além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.* (CF/88, p. s/p) (Grifo meu)

É, portanto, determinado por lei, o cuidado e proteção necessários ao pleno desenvolvimento da criança, nos aspectos físico, emocional, educacional que assegurem condições de uma vida digna e plena à criança. Assim, cabe ao adulto responsável, família, Estado e sociedade zelar pela criança e conseqüentemente pela infância.

Em termos legais, a criança nunca antes esteve tão amparada como na atualidade, o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), no que concerne, à proteção da integridade física, moral e emocional, visando a preservação da criança e adolescente de assuntos ligados a sexo, prevê:

[...] Art. 241-A. Oferecer, trocar, disponibilizar, transmitir, distribuir, publicar ou divulgar por qualquer meio, inclusive por meio de sistema de informática ou telemático, fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente: (Incluído pela Lei nº 11.829, de 2008)  
Pena – reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa [...].  
(ECA, 1990, p. s/p)

Em relação aos conteúdos midiáticos há a observância de classificação etária de programas televisivos, que na prática funcionam como medidas ilusórias, uma vez, que em

muitos lares as crianças têm acesso a toda programação, inclusive a que pelo horário é considerada inadequada a determinada faixa etária. Tal classificação se estende também às campanhas publicitárias, não como meio de limitar a liberdade de expressão, mas como medida para prevenir possíveis abusos.

[...] a regulamentação da publicidade não deve ser interpretada como restrição à liberdade de manifestação do pensamento, da expressão ou informação como previsto no artigo 220, § 1º e 2º da constituição Federal. Os dispositivos que regulamentam a publicidade não têm por objetivo bani-la, mas somente conter seus abusos para que os consumidores, considerados os entes vulneráveis nas relações de consumo, não sejam prejudicados (MOMBERGER, 2002, apud PATERNO, 2011, p.121)

Tais medidas, ainda são burladas em nome da liberdade de imprensa ou da livre expressão, em campanhas publicitárias que insistem em mostrar crianças travestidas de adulto, demonstrando atitudes e ou postura que não lhes são inerentes, ou campanhas para o público adulto carregadas de erotismo e sensualidade, expostas ao alcance das crianças. Neste sentido o CONAR<sup>10</sup>, em seu Artigo 37, prevê e regulamenta a publicidade direcionada à criança,

[...] No anúncio dirigido à criança e ao jovem:

- a. dar-se-á sempre atenção especial às características psicológicas da audiência-alvo;
- b. *respeitar-se-á especialmente a ingenuidade e a credulidade, a inexperiência e o sentimento de lealdade dos menores;*
- c. não se ofenderá moralmente o menor;
- d. *não se admitirá que o anúncio torne implícita uma inferioridade do menor, caso este não consuma o produto oferecido;*
- e. não se permitirá que a influência do menor, estimulada pelo anúncio, leve-o a constranger seus responsáveis ou importunar terceiros, ou o arraste a uma posição socialmente condenável;
- f. *o uso de menores em anúncios obedecerá sempre a cuidados especiais que evitem distorções psicológicas nos modelos e impeçam a promoção de comportamentos socialmente condenáveis; [...]* (CF/88, p. s/p.grifos meus).

Mas segundo Paterno (2011, p.125), “os comerciais adultos não seguem as mesmas normas e são divulgados em lugares públicos que são frequentados, tanto por adultos, quanto por crianças”. A criança em formação encontra-se em estado de vulnerabilidade, suscetível às informações do meio que a rodeia, portanto, torna-se necessário,

---

<sup>10</sup>CONAR - Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária é uma organização não governamental que visa impedir que a publicidade enganosa ou abusiva cause constrangimento ao consumidor ou às empresas.

[...] estar constantemente protegida, uma vez, por estarem em processo de formação as crianças não são capazes de discernir acerca dos perigos que a informação publicitária contém em suas mensagens, (FLORES; OLIVEIRA; SANTOS & TEIXEIRA, 2011, p. 06).

Nesse contexto, de uma sociedade consumista, que busca inserir normas de conduta, e pertencimento, vinculadas em seus meios de comunicação e publicidade, ditando padrões de beleza e comportamento ideais, mas desvinculados da realidade atual, desrespeitando a infância como uma fase de ingenuidade, inocência, visando o lucro, induzindo-as ao consumo de produtos que vão de xampus, roupas, eletros eletrônicos, a uma infinidade de artigos necessários ou supérfluos. Mas que trazem consigo a promessa de beleza, status e pertencimento a um grupo social.

Uma sociedade assim estabelecida coloca a situação da criança e da infância em constante estado de vulnerabilidade. Estas crianças estão cotidianamente a mercê de terem seus direitos, garantidos por lei, de estarem física, emocional e moralmente resguardadas, violados em decorrência da banalização da consciência moral dos adultos que as cercam. Tanto quanto em decorrência da realidade sócio econômica de muitas famílias, que motivadas pelos padrões de consumo imposto pelo mercado midiático não têm condições de acompanhá-lo. Desta forma,

[...], uma das principais preocupações relacionadas à sexualidade, atualmente, refere-se ao uso e à exploração sexual de crianças, em suas mais diversas formas: pornografia, prostituição, estupro, incesto, etc. Esses temas apresentam-se, portanto, como um importante desafio às instâncias de produção de saber, bem como aos responsáveis pela elaboração e cumprimento das leis em defesa da infância e da juventude, pois, como sabemos, em vários países, incluindo o Brasil, onde existem bolsões de miséria, muitas famílias costumam oferecer suas crianças, especialmente as meninas, em troca de algum dinheiro. Portanto, as práticas sexuais entre crianças e adultos foram/são toleradas e até mesmo estimuladas (FELIPE; GUIZZO, 2003 p. 123 - 124).

Como já foi dito anteriormente, nunca os direitos da criança estiveram tão assegurados por lei como na atualidade, mas ainda assim, crianças sofrem os mais variados tipos de abusos.

O que foi tratado neste trabalho parte do pressuposto que a partir da invenção da mídia elétrica, com a disseminação dos meios de comunicação e de informação, o conceito de infância, que foi sócio e historicamente construído com a finalidade de preservar a criança em sua inocência e pureza, vem sofrendo transformações que tendem acompanhar a evolução tecnológica da sociedade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante desse estudo, depreendeu-se que em muitos aspectos o conceito de infância vem sendo, senão desconstruído, pelo menos reformulado. Pode-se constatar que a partir da construção do conceito de infância, no século XVII, a criança passou a ter uma proteção maior por parte da família e do poder público, fato que ficou evidente neste trabalho.

Vale ressaltar, que a infância surge e se instaura nas famílias abastadas e burguesas, e o amor à criança se instaura com o advento da família nuclear, bem como com o surgimento da escola e a necessidade de se educar os filhos. No entanto para todas as crianças das classes operárias e empobrecidas, a princípio nada se altera. E até nos dias atuais as crianças pobres vêem os seus direitos sendo desrespeitados por adultos e por uma sociedade consumista e excludente.

É possível notar que nunca a criança foi detentora de tantos direitos na sociedade atual, como está disposto na Carta Magna e no Estatuto da Criança e do Adolescente e em outras leis esparsas. Mas ainda assim, nem sempre há uma efetividade dessas leis, como se percebe pela quantidade de abusos que a criança ainda sofre no dia a dia.

Nota-se, que com o advento da internet, com a geração de computadores, *tablets* e celulares, houve uma revolução tecnológica mundial. Inconcebível é, para a maioria das pessoas, ficar sem o acesso à internet. A forma de comunicar-se no século XXI transformou-se e todas essas modificações interferiram também no mundo infantil. Atualmente as crianças estão mais “antenas” com o que acontece ao redor; em diversos aspectos, a criança está tão desenvolvida quanto o adulto. Não cabe apenas notar que a infância desapareceu, mas deve pensar-se que a infância se transformou, adequando-se as novidades do mundo tecnológico.

É importante destacar que toda essa gama de informações a que a criança tem acesso, nos dias atuais, seja por meio da televisão, da internet, da música, precisa ser filtrada pelos pais, pois apesar da programação da televisão brasileira ser aberta, com classe indicativa, a separação do que é adequado ou não às crianças é de responsabilidade dos responsáveis, ou seja, dos pais, da família.

Embora a sexualidade sendo uma característica inata do ser humano, apressar processo de sexualização da criança, por meio da exposição desta à mídia ou a qualquer outro contexto que a induza ou desperte para este sentido, não é saudável podendo acarretar desde desvio de comportamento, ou inicialização precoce das atividades sexuais com o risco de uma gravidez prematura, estar a mercê de doenças sexualmente transmissíveis, à banalização das

relações afetivas, por tanto, deve-se sempre primar pelo desenvolvimento completo e saudável da criança.

O tema abordado por este trabalho é denso e complexo e merece ser estudado mais profundamente, mas esta não foi a proposta para o momento. Buscou-se apenas vislumbrar este assunto, permitindo reflexões para melhor compreensão da ação das mudanças sociais e tecnológicas no cotidiano e na vida das crianças da nossa sociedade, como também um alerta à naturalização desse processo aos professores.

Buscando a conscientização por parte destes professores de que esse comportamento não é natural, mas social, possibilitando que trabalhem com seus alunos como mediadores, esclarecendo a estes sobre os riscos a que estão expostos. Bem como favorecer a estas crianças e jovens, a compreensão das consequências ocasionadas por este processo de erotização e adultização precoce da infância, em suas vidas cotidianas, como a gravidez precoce, a exposição às doenças sexualmente transmissíveis que geram novos problemas sociais, bem como o descuido com a saúde física e emocional e o alto grau de consumismo por parte, principalmente, dos mais jovens.

Resgatar o valor do lúdico e da brincadeira em suas vidas é uma forma de desviar a atenção destas crianças e jovens da opressão e manipulação do sistema midiático consumista ao qual nossa sociedade está inserida. Como podemos ver em Cunha (1994), citado por Almeida (2005), (não paginado), o brincar é importante por que:

[...] é bom, é gostoso e dá felicidade, e ser feliz é estar mais predisposto a ser bondoso, a amar o próximo e a partilhar fraternalmente; Porque é brincando que a criança se desenvolve, exercitando suas potencialidades; Porque, brincando, a criança aprende com toda riqueza do aprender fazendo, espontaneamente, sem pressão ou medo de errar, mas com prazer pela aquisição do conhecimento; Porque, brincando, a criança desenvolve a sociabilidade, faz amigos e aprende a conviver respeitando o direito dos outros e as normas estabelecidas pelo grupo; Porque, brincando, aprende a participar das atividades, gratuitamente, pelo prazer de brincar, sem visar recompensa ou temer castigo, mas adquirindo o hábito de estar ocupada, fazendo alguma coisa inteligente e criativa; Porque, brincando, prepara-se para o futuro, experimentando o mundo ao seu redor dentro dos limites que a sua condição atual permite; Porque, brincando, a criança está nutrindo sua vida interior, descobrindo sua vocação e buscando um sentido para sua vida.

Aprendendo a valorar as coisas simples contribuindo para o pleno desenvolvimento físico e emocional, propiciando uma infância rica, sadia e bem estruturada moral e intelectualmente.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcos Teodorico. Pinheiro de. O brincar na Educação Infantil Natal/RN - 2005. Disponível em: <<http://efartigos.atspace.org/efescolar/artigo39.html>>. Acesso em: <26 abril. 2015>.

BRASIL. CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DO CONSUMIDOR. **Código Brasileiro De Auto-Regulamentação Publicitária E Seus Anexos – CONAR**. Disponível em: [http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao\\_consumidor/legislacao/leg\\_constituicao\\_federal\\_leis/leg\\_cf\\_Codigos/leg\\_cf\\_c\\_conar/CodigoAuto-Regulamenta%C3%A7%C3%A3oPublicit%C3%A1ria.htm](http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_consumidor/legislacao/leg_constituicao_federal_leis/leg_cf_Codigos/leg_cf_c_conar/CodigoAuto-Regulamenta%C3%A7%C3%A3oPublicit%C3%A1ria.htm). Acesso em: <11 de nov. de 2015>

BRASIL. **Estatuto da Criança e Adolescente. LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990**. BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Senado Federal, Brasília, DF. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm)>. Acesso em: <11 de nov. de 2015>

**DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA – 1923**. Dita Declaração de Genebra. Carta da união internacional de proteção à infância

**DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA**. Proclamada pela Resolução da Assembleia Geral 1386 (XIV), de 20 de Novembro de 1959. Disponível em: <<http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/dc-declaracao-dc.html>>. Acesso em: <26 de jun.2015>

DEL PRIORE, Mary. **A Infância como Construção Histórica** – Séc. XVI, XVII e XVIII. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/20130865/video-aula-mary-priore#scribd>>. Acesso em: <16 de jul. 2015>

FELIPE, Jane. GUIZZO, Bianca Salazar. **Erotização dos corpos infantis na sociedade de consumo**. Pro-Posições, v. 14, n. 3 (42) - set./dez. 2003. Disponível em: <[http://www.proposicoes.fe.unicamp.br/proposicoes/textos/42-dossie-felipej\\_etal.pdf](http://www.proposicoes.fe.unicamp.br/proposicoes/textos/42-dossie-felipej_etal.pdf)> . Acesso em: <08 de Nov. de 2015>

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio da língua Portuguesa**. Nova Edição Revista e Ampliada. ed. Nova Fronteira, 1986. 2ª edição, revista e aumentada. 31ª impressão

FLORES, Alice Lacerda Pio. OLIVEIRA JÚNIOR, José Nunes de. SANTOS, Maria Eduarda Viana. TEIXEIRA, Suellen Souza. **Erotização e Infância: as Duas Faces da Publicidade**. Disponível em: <[http://www.usp.br/anagrama/Flores\\_Infancia.pdf](http://www.usp.br/anagrama/Flores_Infancia.pdf). Acesso em: [http://www6.univali.br/seer/index.php/rc/article/view/5052/pdf\\_57](http://www6.univali.br/seer/index.php/rc/article/view/5052/pdf_57)>. Acesso em: <10 de nov. de 2015>

LEÃO, Fernanda. MUZZETI, Luci Regina. LEÃO, Andreza Marques de Castro. **SEXUALIDADE E INFÂNCIA**: contribuições da educação sexual em face da erotização da

criança em veículos midiáticos. Araraquara – SP – Brasil. Disponível em:  
<[http://www6.univali.br/seer/index.php/rc/article/view/5052/pdf\\_57](http://www6.univali.br/seer/index.php/rc/article/view/5052/pdf_57)> . Acesso em: <02 de nov. de 2015>

MANACORDA, Mario Alighiero. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: Da antiguidade aos nossos dias. 13. ed. São Paulo. Cortez, 2010.

MINHARRO, Erotilde dos Santos. **A criança e o adolescente no Direito do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2003.

MOTTA, Gabriela Massuia. **Indústria Cultural, semiformação e as metamorfoses no conceito de infância**. São Carlos: UFSCar, 2010.

OLMOS, Ana. **PUBLICIDADE DIRIGIDA À CRIANÇA**: violência invisível contra a infância. São Paulo, SP, Brasil. Disponível em:  
<<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cp/v19n19/03.pdf>> Acesso em: <10 de mar. de 2014>

PATERNIO, KELI ANDRÉA VARGAS. **A Invasão da Erotização do Adulto no Mundo Infantil: micropoderes na vida pública e privada**. MARINGÁ. 2011. Disponível em:  
<<http://www.ppe.uem.br/dissertacoes/2011-Keli-Paterno.pdf>> Acesso em: <04 de nov. de 2015>

POSTMAN, Neil. **O desaparecimento da infância**. (Trad.) Suzana Menescal de Alencar Carvalho e José Laurindo de Melo. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.

STEINBERG, Shirley R. KINCHELOE, Joe L. **Cultura Infantil**: a construção corporativa da infância. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

URBIM, Emiliano. **O fim da infância (1850-2009)**: A infância é uma ideia, uma abstração, um paraíso artificial. Entenda como ela foi inventada e no que pode dar a sua desinvenção. IN REVISTA EDUCAR PARA CRESCER. Disponível em  
<[http://educarparacrescer.abril.com.br/comportamento/historia-infancia-502839.shtml?utm\\_source=redesabril\\_educar&utm\\_medium=facebook&utm\\_campaign=rede\\_sabril\\_educar&utm\\_content=cf](http://educarparacrescer.abril.com.br/comportamento/historia-infancia-502839.shtml?utm_source=redesabril_educar&utm_medium=facebook&utm_campaign=rede_sabril_educar&utm_content=cf)>. Acesso em: <04 de jul. de 2015>.

VIVARTA, Veet. **Criança e Consumo Entrevistas**: Erotização Precoce e Exploração Sexual Infantil. Disponível em: <<http://criancaeconsumo.org.br/wp-content/uploads/2014/02/Crian%C3%A7a-e-Consumo-Entrevistas-Vol-2.pdf>>. Acesso em: <02 de nov. de 2015>